

O PROLETÁRIO

Nº 64
Maio de 2007

Uma Publicação mensal de Proletários Marxistas
Não aceitamos que a burguesia nos financie. Por isso se faz necessário a cobrança de R\$ 1,00
(um real) para o custeio da publicação do jornal.

O que está por traz do Supersimples e da Emenda 3	01-02
O charlatanismo dos dirigentes da CUT e da direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC	02- 03
Neste 1º de maio de 2007 devemos refletir sobre esta situação política em que vivemos	03-04
A Apeoesp e os traidores do movimento	04- 06
Estado mínimo e reestruturação de produção caminham juntos	06
Qual tem sido a prática do PSTU no meio de tudo isso?	06 -07
O governo Serra quer demitir os professores OFAs e Estáveis e privatizar a Previdência Pública Estadual	08 -10

Adquiram as Resoluções do IX Congresso da Organização pela Construção do Partido Operário Marxista como Seção do Partido mundial da Revolução Proletária (POM)

Vejam:

- Sobre a conjuntura política;
- Bolívia e América Latina;
- A Barbárie e seus aspectos;
- A agonia do Capitalismo arrasta-se, levando a humanidade para a barbárie, em decorrência da crise histórica da direção do proletariado;
- A política que se denominou stalinista;
- Algumas citações de Trotski sobre as Frentes Populares: O maior grau de importâncias assumidas no atual momento pela política de frentes populares;
- Uma Central amarela que semeia frente popular em todo o planeta;
- Da Organização pela construção do Partido Operário Marxista;
- Das conformações com o regime, ideologia e sua política;
- Do Partido Programa: Da formação do militante;
- Da intervenção na luta de classes;
- Da organização dos Comandos de Base (interfabricas, Movimento Estudantil e Popular);
- Da divisão do trabalho e as Células: O combate à divisão do trabalho no seio da construção partidária (como sendo o combate a propriedade privada dos meios de produção); Reformas do Capital; A atualidade do marxismo; A história das sociedades e a história da luta de classes;
- Movimento operário internacionalista; Pontos de programa para intervenção concreta.

Contatos: Jornal O Proletário

Caixa Postal n.º 140 CEP 09910-970, Diadema, São Paulo

O que está por traz do SuperSimples e da Emenda 3?

A medida de marketing político do Governo Lula do PT, PC do B, da CUT e defensores do bloco de aliança governista em relação à tal da Emenda 3, que precariza a legislação trabalhista, reforçando a figura da pessoa jurídica unitária (PJ autônoma), acabando com a obrigatoriedade do 13º, férias, licença gestante e etc..

Em primeiro lugar, há que afirmar que o conteúdo de tal emenda, com mínimas diferenças, fora aprovado por todos os Congressistas e não foi objeto de veto do governo por ocasião da aprovação da Lei **Complementar Nº. 123 DE 14.12.2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte (o chamado SUPERSIMPLES).

Com o SUPERSIMPLES, as relações trabalhistas foram afrouxadas diminuindo a obrigatoriedade dos índices de contribuição – INSS, FGTS – e descaracterizando a fiscalização em sua forma punitiva, restando somente o caráter orientador para as micro e pequenas empresas que faturam até R\$ 2.400.000,00 por ano.

Porque Lula vetou a Emenda 3 e não as contidas no SUPERSIMPLES?

Alguns motivos:

1) Os trabalhadores atingidos pelo Supersimples serão os de menor qualificação, menor renda e, principalmente, os não sindicalizados distribuídos por aproximadamente 100 mil micro e pequenas empresas. Desta forma, a base dos grandes Sindicatos e das Centrais não serão atingidas. Já com a Emenda 3, atinge-se simultaneamente todos os trabalhadores, inclusive os melhores remunerados das multinacionais, base em que se assenta a burocracia sindical;

2) Geralmente, os funcionários destas micro e pequenas empresas acabam por não recorrer à justiça do trabalho, justificando a quietude dos magistrados trabalhistas o que não aconteceu no caso da Emenda 3, pois que houve protestos de vários setores da magistratura trabalhista, pressionando o governo e a própria burocracia sindical;

3) A própria OIT (Organização Internacional do Trabalho) pressionou e ameaçou caracterizar tal emenda e legislação como impulsionadoras do trabalho escravo no Brasil, caindo por terra as demagogias governistas sobre o combate a tal feito;

Ao explicar a Emenda 3, a burocracia sindical deveria explicar e denunciar, exigindo o veto do conjunto da Lei aprovada, já que o silêncio reinou no período de tramitação de tal lei e da própria medida provisória editada pelo presidente.

Afinal, qual é o conteúdo da Lei Nº. 11.457, de 16 de março de 2007, na qual foi introduzida a Emenda 3?

Desde o Decreto nº 9.912-A, de 26 de março de 1888, o Brasil começa a regular o direito previdenciário, especificamente aos empregados dos Correios. Fixava em 30 anos de efetivo serviço e idade mínima de 60 anos os requisitos para a aposentadoria. Desta data até nossos dias muitos decretos e leis foram promulgadas e em 1943, com a CLT, se configura de forma mais geral o regime previdenciário brasileiro.

O sistema de Seguridade Social foi criado pela Constituição de 1988, e reúne as áreas de Saúde, Previdência e Assistência Social. O nosso atual INSS (Instituto Nacional do Seguro Social) tem sido duramente golpeado e os recursos pagos mensalmente por milhões de trabalhadores brasileiros têm sido vergonhosamente roubados, desviados e empregados inclusive para pagar juros da dívida externa. Na atual legislação somente uma parte da arrecadação é desviada para a Desvinculação das Receitas da União (DRU), indo para a caixa comum da União, acabando sendo utilizado para “emergências governamentais”. O grande segredo da Lei 11.457 da Super-receita, a qual recebeu a mau fadada Emenda 3, é que a mesma unifica as receitas, ou seja: passa toda a arrecadação do INSS para o Ministério da Fazenda, dando maior mobilidade ao Governo Federal para meter a mão nas finanças previdenciárias. Sobre isso os burocratas da CUT e Força Sindical ainda não se

pronunciaram contra porque são favoráveis, estão juntos com o governo golpeando o sistema previdenciário brasileiro.

A Conlutas, com seus burocracias de nível inferior e devido à sua menor representação, não pode se colocar como alternativa dos trabalhadores e organizar a resistência a estes ataques. Pois os interesses eleitoreiros do PSTU e PSOL acabam por golpear a ação direta, a organização pela base dos trabalhadores, a independência de classe e a democracia operária, visto que necessitam de uma frente eleitoral com diversos setores, incluindo-se os da burguesia, caso contrário, sabem muito bem eles, não poderão sonhar em galgar os postos ocupados hoje pelo PT, atingindo suas estratégias de governo dos trabalhadores (via eleitoral) e o Socialismo das ocasiões festivas e dos botequins.

Estas duas últimas organizações de esquerda acabam por rotular seus críticos como forma de domesticar a vanguarda, como sendo o ultra-esquerdismo e fora da realidade, veja bem, a realidade é mesmo cruel e os “Socialistas Revolucionários” acabam mesmo é no colo da burguesia, da burocracia sindical cutista e no embalo do comabate à Emenda 3, simplesmente como forma de reforçar o próprio governo e desviar a atenção do golpe ao sistema previdenciário brasileiro que é a unificação das receitas e de fato contribuindo com a reforma imperialista da Previdência em curso e, diga-se de passagem, com um 1º de maio “combativo de todos” (todos estão contra a precarização das relações trabalhistas, vamos nos dar as mãos), celebraremos com missa do trabalhador, assim seremos ambençoados para um mundo melhor e ‘Socialista’.

O charlatanismo dos dirigentes da CUT e da direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC

Por meio de um Jornal e cartilha a direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC charlataneia sob o significado do primeiro de maio e sobre as transformações e o futuro do mundo do trabalho.

No referido jornal são colocadas as fotos de Marx, Engels, Lênin e da Revolução Russa. Fraseologia sobre a origem do primeiro de maio e a trajetória da legislação trabalhista no Brasil. Fala das preocupações com o desemprego crescente e da precarização das relações trabalhistas e do enxugamento das plantas e da produção, em contraposição às grandiosas fábricas verticais e com milhares e trabalhadores. Situa a política neoliberal no enxugamento do Estado, das privatização e da precarização das relações trabalhistas, remetendo a aplicação desta política aos antecessores de Lula. Sobre um futuro melhor, as conclusões não poderiam ser mais absurdas: Remetem ao capitalismo neoliberal, insentando o governo Lula deste mal, remetendo também as vitórias da classe operária brasileira na construção do PT e da CUT, culminando com o ponto máximo e coroamento desta luta: a eleição do “presidente operário”. Especificamente no ABC, enaltece como conquista do sindicalismo combativo e moderno – “(...) *particularmente no ABC. A luta se*

diversificou em novas frentes, para além da fábrica, no espaço próprio de construção da cidadania – o desenvolvimento da indústria automotiva, através da Câmara Setorial; o desenvolvimento regional, através da Câmara Regional e de outras iniciativas de democratização das políticas públicas”. Em seguida, falam de uma verdadeira comédia, ou seja: da luta contra o desemprego e da reforma sindical e trabalhista. Falam ainda dos Comitês Sindicais de Empesa, da conquista da participação nos lucros (PLR) e a luta por uma sociedade “democrática e socialista”. Enfim, chegamos na tal democracia socialista – Lula e eleito presidente e reeleito –, “*a estabilização da economia levam ao crescimento, melhoram a distribuição e renda e promovem o maior movimento de inclusão social da história do Brasil. Empregos são criados e a dívida externa é paga. Os direitos trabalhistas e sociais são respeitados”.*

De fato, o PT se constituiu em um grande ganho para a economia brasileira, mas entendendo esta como a economia da burguesia imperialista, que explora e barbariza o povo brasileiro.

Nunca a grande burguesia foi tão atendida. Os bancos, carro-chefe do capital

financero, nunca lucraram tanto. Está é a essencia da política economica. Outro ponto essencial é que nunca se mentiu e enganou os brasileiros com

tanta maestria. Viva! Passaram no vestibular, fizeram a graduação e a pós, mestrado e doutorado.

Enquanto isso, um outro mundo não se torna possível

Os trabalhadores da Fris-Moldu-Car estão quase completando 100 dias acampados e isolados na porta da fábrica, sem salários nem emprego; na empresa BRAN-FONE, os trabalhadores são lesados (roubados), pois esta empresa recolhe INSS e FGTS e não repassa aos órgãos do Governo, além de demitir, não pagar as indenizações, não cumprir acordos judiciais. Diante disso, os trabalhadores procuraram a direção do sindicato (dos Metalúrgicos) e tiveram a seguinte resposta: que o o sindicato só intervivia caso tivesse 9 sindicalizados naquela empresa.

Os dirigentes sindicais da oposição, a maioria da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, são mandados embora (se trata de mera coincidência por serem da oposição) e também amargam acampamento e o isolamento na porta da Volks Wagem. Os trabalhadores do Pólo Químico (cosmético) Karina e Dogal acabaram por ser incorporadas à Coper e agora ao grupo Bertin, fechando a fábrica no ABC, despedindo todos os trabalhadores e montando outra fábrica junto a um dos pólos industriais do grupo em Jundiaí, um grande grupo econômico que presta serviço ao Governo Federal e a vários Governos Estaduais. Enquanto isso os 6 mil funcionários públicos de Diadema amargam perdas salariais de 33% no período de 2001 a 2006; estão em greve há quase um mês e o

Prefeito do PT se nega a negociar. Os trabalhadores denunciam que além da defasagem salarial, não possuem as mínimas condições de trabalho.

Enquanto isso, muitas empresas foram entregues aos imperialistas já no Governo de FHC, como a AES-Eletropaulo e a Telefônica, e agora com Lula continuando os repasses de rios de dinheiro público e ainda autoriza constantemente assustadores aumentos nas contas de luz e de telefone. As contas de água e luz consomem, para os que estão empregados ou fazem bicos, uma parte significativa do miserável salário.

Quanto às contas correntes, geralmente contas-salários, os banqueiros impõem taxas e mais taxas, tudo para o bem da “sociedade democrática e socialista”. No caso da Educação Pública, não é diferente: os professores, na sua maioria, estão com sérios problemas de saúde, jornadas estafantes, precárias condições de trabalho, salários arrojados e desemprego em massa. Já os estudantes, filhos dos trabalhadores, não tendo as mínimas condições de vida digna, passando por necessidades mais prementes, acabam ficando a mercê do tráfico e da violência, um descontrole total, mas afinal de contas, a culpa é dos professores e da família.

Abaixo a charlatanice!

Com o modo de produção capitalista, o grande capital com a complacência do reformismo *tipo petista*, pcbista ou da pequena burguesia pstuista ou pesolista, levarão todos nós ao aprofundamento da barbárie. Nossos empregos

cada dia estão difíceis e precarizados, os salários cada vez mais para hora da fome, a educação, a saúde, a previdência pública caminhará para a precarização e privatização geral.

Neste 1° de maio de 2007 devemos refletir sobre esta situação política em que vivemos

A burguesia e os capitalistas em geral contam com os partidos burgueses, os grandes e

os pequenos; também contam com os partidos pequeno-burgueses e com as burocracias sindicais

para irem reestruturando os meios produtivos, sempre ajustando melhor a sede de lucro capitalista.

A forma com que se dá o domínio da burguesia e do capital sobre os trabalhadores é o do desvio e a negação do conhecimento histórico e científico, sendo que só uma minoria acaba tendo acesso às universidades. Também e principalmente com a inexistência de partidos operários marxistas no seu sentido histórico e de caráter internacional. Os trabalhadores do mundo inteiro acabam por ficar a mercê das idéias e das orientações da burguesia e do grande capital. Vale reforçar que este ideário e a política da burguesia acaba se passando, inclusive, com estes partidos da chamada esquerda marxista pequeno-burguesa. Um dos grandes divisores que separa a política das duas principais classes sociais presentes no capitalismo, ou seja: burguesia e proletariado – é o exercício da democracia operária versus a democracia burguesa. É o método de luta do proletariado com a luta direta, as greves,

ocupações, passeatas com os abaixo assinados, eleições parlamentares, plebiscitos e etc.

Assim, os participantes da Organização pelo Partido Operário Marxista fazem um chamado a todos: aos operários e às operárias, às donas de casa, aos estudantes, aos professores e aos oprimidos em geral que se juntem a nós para organizar, politizar e lutar pela construção de um Partido Operário Marxista como Seção do Partido Mundial da Revolução Proletária e Socialista. Fazemos um chamado a nos juntar nos Sindicatos, nas organizações de Base nas fábricas, nos bairros, nas escolas e universidades, nos organismos amplos de unificação da luta dos oprimidos. Fazemos um chamado a todos para nos contrapormos aos reformistas e burocratas das várias correntes com sua charlatanice e desvio da luta direta e nos colocarmos pela organização da greve geral por tempo indeterminado para irmos construindo a classe para si de forma a possibilitar a luta internacional pelo fim do capitalismo e sua barbárie, miséria, fome e violência.

Chamamos a todos para participarem:

- da Plenária do Comitê Anticapitalista/antiimperialista de luta Direta que se realizará na Sede da Associação OEST em Diadema, Rua Maria Aparecida, 50, Vila Nova Conceição no próximo dia 06 de maio de 2007, das 9:00 às 13:00 horas;
- horas da Plenária de Base dos Movimentos Sociais o ABC – local a ser confirmado no dia 03 de junho e 2007 das 9:00 às 17:00;
- de um Seminário sobre as mudanças do mundo do trabalho que se realizará na Sede da Associação OESTE em Diadema, Rua Maria Aparecida, 50, Vila Nova Conceição no próximo dia 07 de junho de 2007 das 9:00 às 17:00 horas;

A Apeosp e os traidores do movimento

Introdução

No mês de fevereiro de 2007, a Articulação Sindical (Art-Sind) enviou carta ao conjunto dos trabalhadores em educação, cujo texto colocava a precariedade em que se encontra a escola pública e as condições de trabalho e ensino-aprendizagem. Objetivo: discutir na semana de planejamento o chamado para o ato

unificado do conjunto das entidades do Magistério paulista e o calendário de lutas.

O ato unificado ocorreu em 28 de fevereiro e a proposta de calendário de lutas se resumia em atos regionais unificados nas principais regiões do interior paulista e nas Câmaras Municipais dessas cidades. Este calendário foi apresentado à categoria para ser desenvolvido no primeiro semestre de 2007. O

calendário que estamos apresentando abaixo está relacionado com o que foi apresentado pela Articulação Sindical no Congresso da Apeoesp de 2006, em Sumaré.

Dia 08/03 – Presidente Prudente
Dia 15/03 – Santo André
Dia 22/03 – Campinas
Dia 12/04 – Araçatuba
Dia 19/04 – Guarulhos
Dia 26/04 – Sorocaba
Dia 03/05 – Santos
Dia 10/05 – Bauru
Dia 24/05 – São José dos Campos
Dia 14/06 – São José do Rio Preto
Dia 21/06 – Osasco
Dia 28/06 – Ribeirão Preto

Essa proposta não previu a realização de assembleias gerais da categoria, pois seguiu a orientação de proposta congressual da Articulação Sindical, proposta essa que não visa enfrentar os ataques dos governos federal e estadual, ou seja, de sustentação do governo Lula/PT e de aliança com o governo Serra/PSDB.

Vejam agora as propostas de pauta apresentadas na carta pela Articulação Sindical aos trabalhadores em educação no mês de fevereiro/2007.

- Respeito à data-base e o fim da política de gratificações;
- Reposição das perdas salariais até o piso salarial do Dieese;
- Extensão aos aposentados e incorporação das gratificações e bônus;
- Correção imediata das distorções da Leis 836 (Plano de Carreira) e da Lei 958 (Escala de Vencimentos).

Primeiro, que o calendário de lutas não contempla o conjunto dos trabalhadores em educação, por não constar a forma de como se deve deliberar as questões que dizem respeito aos nossos interesses, nem a forma e o método de como teremos que enfrentar os ataques dos governos; segundo, a pauta de reivindicações está incompleta, em desacordo, portanto, com os nossos interesses, pois não apresenta índice real das perdas acumuladas e, além disso, a proposta de reposição é gradual, além de propor alterações na 836/97 (Plano de Carreira) e não um **novo plano de carreira** que contemple todos os interesses da categoria bem como do conjunto dos trabalhadores que atuam na educação e a defesa da escola pública.

A proposta da Articulação Sindical, como não poderia ser diferente, está de acordo com a dos patrões e governos e cheira literalmente a acordos de conciliação de classes, o que significa retirar direitos trabalhistas.

O oportunismo eleitoral, a farsa do radicalismo e a política divisionista do PSTU

O início da manifestação pública do funcionalismo público estadual paulista do dia 25 de abril de 2007 na Assembleia Legislativa começa até que bem, com o PSTU, a diretoria majoritária da APEOESP e as outras oposições, pois a defesa foi de transformar esta manifestação em uma grande assembleia. Foi uma batalha contra o peleguismo da Articulação Sindical. Em seguida a esse episódio, a batalha foi para decidir se instalaria primeiro o ato público ou a assembleia. Pois bem, passou a instalação da assembleia, porém, depois das falácias dos politiquinhos e dos burocratas sindicais, como é de costume nos atos públicos.

Não durou muito tempo para a máscara do PSTU cair; o Geraldinho em seu discurso inflamado deu a entender que a proposta do PSTU

e de boa parte dos que compõem a Alternativa na APEOESP não era a de que assembleia ali instalada na marra decretasse greve da categoria, contudo não se diferenciou da proposta de calendário da Articulação/PT, ArtiNova/PT e Corrente Sindical Classista/PC do B que defendeu assembleia para o dia 02 de maio de 2007 com indicativo de greve.

Após a defesa de calendário de luta que indicava o início da greve para o dia 04 de maio de 2007 pelo agrupamento: o Coletivo na luta e na escola (ala petista), o que se diferenciou apenas no que se referia ao indicativo de greve para o dia 02 de maio da Articulação, mas que prolongou ainda mais o calendário de início da greve. Como a Articulação não defende greve, logo se juntou com a proposta do Coletivo deixando o PSTU e

suas variantes para trás com proposta do dia 02 de maio, o que acabou dividindo o movimento e apontando para mais uma assembléia no dia 04 de maio.

O fato é que todos os argumentos apresentados pela Articulação e Cia. mais o PSTU, e suas variantes não foi a defesa de greve e sim de um calendário que apontou para a desmobilização da categoria, apostando assim na

pressão parlamentar e nas suas Emendas ao PLC-30/2007, prolongando só um pouquinho a vida útil dos OFAs e Estáveis. O grande acordo de conciliação de classes desses reformistas e traidores do movimento operário é o de que o governo mantenha os OFAs que já tenham alguns anos de Magistério vinculados ao SPPREV e somente, para depois saírem cantando suposta vitória.

Estado mínimo e reestruturação de produção caminham juntos

Ora, sabemos que a política dos governos em geral para a educação pública é a de fechar escolas, superlotar salas, acelerar o estudo dos jovens e adultos, municipalizar o Ensino Público, demitir professores e, enfim, o de precarizar ao máximo as condições de trabalho e ensino para privatizá-lo. Sabemos também que devido a essa reestruturação que o Estado vem fazendo já há alguns anos em função da implementação do Plano Decenal que preparou todo um conjunto de medidas de ataques à educação pública e da LDB que prevê a privatização do Ensino Público em geral, quando em seu texto está previsto que o Ensino Público deve ser desburocratizado ao mesmo tempo a responsabilidade deva passar da União para os Estados e dos Estados para os Municípios – municipaliza, precariza, privatiza.

Assim, essa tem sido a orientação política da burguesia (aos governos) imperialista e de seus organismos, como o Banco Mundial, o FMI, a ONU, etc. No mundo inteiro tem sido dessa maneira. Aqui no Brasil está sendo assim e as conseqüências, os trabalhadores estão sofrendo, haja vista o que estão fazendo com a previdência pública e, enfim, com os direitos trabalhistas em geral através das reformas que continuam a caminho da precarização dos serviços públicos, do desemprego, com a retirada dos direitos sociais para culminar com a privatização. Apenas um exemplo: a reestruturação na linha de produção da VOLKS e a conseqüente demissão de trabalhadores. Porém, mesmo assim a produção continua em larga escala.

Qual tem sido a prática do PSTU no meio de tudo isso?

Nos quatro cantos do mundo os trabalhadores estão sendo demitidos por meio desses processos de reestruturação nas empresas e, para isso, utilizam os PDVs em acordos de conciliação de classes ou pelos PDIs, indicados, inclusive, pelos burocratas dos sindicatos. Isso está ocorrendo em todos os ramos de produção e também nos serviços públicos.

Os dirigentes dos sindicatos e das centrais sindicais como a CUT e Força Sindical, ambas governistas, nada têm feito para combater os ataques da burguesia e do seu capitalismo decadente em crise. Deles, não poderíamos esperar nada mesmo, porque são reformistas traidores da classe operária.

Do PSTU e suas variantes podemos esperar muito pouco ou quase nada. Na Apeoesp, a prática desse partido tem sido tão-somente a de atuar no campo da disputa pelo aparelho sindical, o que para isso, ora está defendendo as mesmas propostas junto com os segmentos do PT, ora fazem discursos radicais, porém nesses momentos nunca denunciam as manobras petistas, muito menos as suas maracutaías.

Com relação à demissão dos trabalhadores da VOLKS, pouco fez para denunciar o acordo de conciliação de classes da CUT e suas traições ao indicar trabalhadores para o PDI. A CONLUTAS, que segue sua orientação política, fica no campo do discurso, dos encontros de cúpula ou dos encontros de trabalhadores em que nada se

delibera, a não ser a falácia de movimento contra as reformas do governo Lula.

Do primeiro Congresso da CONLUTAS (o CONAT), esperava-se que fosse menos burocratizado. Mas, ao contrário, não se diferenciou em nada dos Congressos da CUT. Isso, para nós, chama-se reformismo, aparelhismo e humanização do capital. Esse é o PSTU, essa é e tem sido sua política. E nisso vai o capital fazendo reformas que massacram os trabalhadores e o PSTU com o seu socialismo, ou melhor, seu reformismo das marchas, das pressões parlamentares, dos conchavos eleitorais nos

sindicatos e nas eleições burguesas para adentrar no parlamento burguês e defender o não pagamento da dívida externa para investir nas áreas sociais. E mais: são contra eleger os comandos de base nas assembleias e encontros de base dos trabalhadores, porque os trabalhadores podem deliberar contra os interesses de sua cúpula.

A forma de intervenção do PSTU na última assembleia dos professores (ALESP, 25/04) de mostrou que negam o principal instrumento de luta direta que os trabalhadores já conheceram: a greve.

Qual proposta foi apresentada à categoria para barrar os ataques do governo?

Na assembleia houve duas propostas: a proposta que defendeu greve já e a que defendeu a continuidade da enrolação para com os trabalhadores em educação, do descaramento burguês, de pressão parlamentar e dos acordos de conciliação de classes do PT, PC do B e do PSTU e suas variantes. Nesse bojo o PSOL também está.

Desde o ano de 2001, com a ascensão do PT e de Lula ao poder central, é que as direções petistas/cutistas, sem falar nas outras, trataram de aumentar o freio no movimento operário brasileiro, aumentando assim sua política de acordos e de fazer de tudo para resguardar os governos, principalmente o governo Lula, de uma resistência por parte dos trabalhadores à sua política reformista.

Entendemos que neste momento, o do dia 25 de abril de 2007, em que cerca 20 mil professores estavam se manifestando contrariamente aos ataques do governo Serra, era o momento decisivo para alavancar uma grande greve da categoria de modo a fazer o governo recuar no que se refere à privatização da previdência estadual, na demissão dos professores OFAs e a precarização na forma de contratação para o próximo ano, além de arrancarmos o reajuste salarial e as perdas acumuladas já há mais de 10 anos, dentre outras reivindicações.

No dia 17 de abril de 2007, acertadamente, a Oposição Revolucionária, diante do quadro de ataques desfechado pelo governo à escola pública e aos trabalhadores em educação, defendeu o início da greve para o dia 27 de abril; neste dia, mais uma vez, a Oposição Alternativa, a FOS e a Corrente Proletária na Educação

preferiram ficar com o indicativo de greve para 10 de maio, o que consideramos uma derrota para o movimento e uma aliança com o calendário apresentado pela situação.

Com a apresentação do PLC-30/2007 do governo Serra, que prevê a criação da SPPREV com previsíveis conseqüências para o conjunto do funcionalismo público, mais uma vez os professores se anteciparam, inclusive com relação ao dia 10 de maio, quando estava prevista a nossa próxima assembleia.

Pois bem, neste dia de 25 de abril, a concretude de nossa proposta foi de decretar greve já, entendendo o teor do ataque e também por entender que não teríamos uma outra data para começarmos uma grande luta para arrancar do governo o conjunto de reivindicações da categoria. Mais uma vez sofremos uma grande derrota, pois o movimento dos professores saiu dividido e desmobilizado. A Oposição Alternativa mais uma vez contribuiu para que a categoria não saísse em greve.

Temos uma avaliação de que a dinâmica do movimento começa, principalmente, quando este está em movimento. Portanto, dia 04 de maio, em assembleia da categoria, na Assembleia Legislativa, às 14h, temos que insistir na defesa da greve com início imediato, pois a luta não pode ficar no plano do PLC-30/2007; as outras reivindicações, como reajuste de salário de acordo com a inflação, reposição das perdas acumuladas, incorporação das gratificações e, enfim, a defesa da escola pública como sendo o nosso principal eixo de campanha salarial, deve continuar.

O governo Serra quer demitir os professores OFAs e Estáveis e privatizar a Previdência Pública Estadual

A volta do PLC-26/2005 disfarçado de reforma da previdência do Estado de São Paulo

O governo Serra e seus aliados da Assembléia Legislativa querem mais uma vez demitir professores OFAs e Estáveis – é a volta do PLC-26/2005 que previa a demissão de 120 mil OFAs. Um dos principais ataques desse governo é vincular os professores OFAs e Estáveis ao INSS, além de criar a previdência própria para os titulares de cargos e a dos militares.

O PLC-30/2007 cria a SPPREV (São Paulo Previdência) com prejuízos incalculáveis para o conjunto do funcionalismo público. Para os professores OFAs e Estáveis segue abaixo a relação das perdas. Caso nós deixemos que esse projeto privatista e fascista seja aprovado pelos deputados do mensalão da Assembléia Legislativa, se não vejamos:

- 1] Os professores OFAs e Estáveis passarão para o regime geral de previdência pública – o INSS, acarretando perda da aposentadoria especial. O valor da aposentadoria terá redutor de 30%;
- 2] Atestados médicos, licenças saúde, pensão de benefícios, licença gestante e auxílio reclusão passarão a ser administrados pelo INSS;
- 3] Após os professores OFAs e Estáveis passarem para o INSS, terão caçados direitos como quinquênio, sexta parte, 13º salário, 1/3 de férias, faltas abonadas/justificadas/injustificadas, perda de vínculo com o Estado, etc;
- 4] As licenças médicas concedidas por mais 15 dias terão redução de 25%, ou seja, os professores receberão somente 75% dos seus vencimentos - ficarão recebendo pela caixa, cujos transtornos serão maiores – os professores vinculados ao INSS receberão apenas por aulas dadas;
- 5] Os contratos de trabalho após o processo de transição poderão ser nos moldes do PLC-26/2005, ou seja, por 6 meses, mais 6 meses e

depois 2 anos sem trabalhar. Neste caso, será recolhido apenas o INSS;

6] No regime do INSS os novos contratados não receberão FGTS, pois não serão contratados pela CLT e sim terceirizados, ou seja, uma cooperativa qualquer;

7] Depois dos OFAs serem demitidos, não terão direitos a receber FGTS nem vantagem alguma;

8] Não está definida a situação de quem já contribuiu para o IPESP durante todos esses anos;

9] A carteira imobiliária do IPESP terá sua dívida quitada e doada a uma instituição financeira;

Consequências para os efetivos

10] Os titulares de cargos terão um fundo previdenciário próprio e sua contribuição será aumentada, passando dos atuais 11% e podendo chegar até 22%. Esse fundo em pouco tempo poderá ser privatizado, ou seja, transferido para uma instituição financeira;

11] O mesmo ocorre com os militares;

12] O governo Serra instituirá um conselho administrativo com mandato de 4 anos e um conselho fiscal com mandatos de 2 anos, composto por 14 membros, indicado por ele mesmo para administrar, regulamentar e instituir a nova forma precária de contratação dos novos prestadores de serviços do Estado.

Queremos lembrar a todos que essas medidas do governo Serra estão vinculadas às reformas imperialistas da Previdência e Trabalhista do governo Lula/PT.

Diante do que está colocado para todos nós, a luta não pode somente ficar na retirada imediata do PLC-30/2007, pois devemos também lembrar que as nossas condições de trabalho e ensino estão cada vez pior, além do achatamento dos salários que já fazem mais de dez anos que estamos sem reajuste salarial.

Só nos resta lutar contra esses ataques dos governos:

- 1] Participação em massa nas assembleias e não aceitar as manobras dos burocratas dos sindicatos;
- 2] Manifestações de massa nas ruas como as que temos feito após nossas assembleias;
- 3] Eleger os comandos de base para não permitir que a burocracia sindical faça acordo/concilie com o governo;

4] Unificar as lutas e os lutadores rumo à construção da greve geral como única forma de barrar os ataques aos direitos trabalhistas promovidos por esses governos burgueses, de base de sustentação popular e pró-imperialistas;

5] Unificar a comunidade escolar na luta direta e em greve em defesa da escola pública;

Os mais de 20 mil professores com muito custo transformaram a manifestação pública

do dia 25 de abril de 2007 em assembléia e, esta por sua vez votou o início da nossa **GREVE a partir do dia 04 de maio de 2007.**

Vamos reafirmar nossas bandeiras de luta: por reajuste salarial de acordo com a

inflação, reposição das perdas acumuladas e incorporação das gratificações!; Por melhores condições de trabalho e ensino! Não vamos permitir nenhum acordo com o governo: pela estabilidade à todos os OFAs!

TODOS À ASSEMBLÉIA GERAL DA CATEGORIA NA ALESP, DIA 04 DE MAIO DE 2007, às 14h

Acesse o site: www.apeoesp.org.br e veja as mudanças que o governo Serra propõe no projeto da SPPREV

O propósito da municipalização do ensino

O que significou o FUNDEF?

O FUNDEF – Fundo de manutenção e desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valorização do Magistério, criado em 1996 no governo de FHC, concomitantemente com a LDB privatista do ensino público; com a criação deste fundo o governo centralizou recursos na ordem de 15% tirados de vários impostos dos Estados e Municípios. O objetivo da criação do fundo foi municipalizar o Ensino Fundamental de 1ª a 8ª. O FUNDEF atendia em média 30, 2 milhões de alunos com um repasse anual de R\$ 1.016,00 por aluno matriculado.

Conseqüências do FUNDEF

- 1] Não houve valorização do Magistério nem dos profissionais em educação, pois diminuiu os investimentos no ensino público, houve achatamento de salários, além do aumento da jornada de trabalho, precarizando ainda mais as condições de trabalho e ensino-aprendizagem;
- 2] Permitiu o aumento da superlotação de salas;
- 3] Contribuiu para a demissão de professores e fechamento de escolas;
- 4] Nos municípios onde houve a municipalização aumentou o número de crianças de 0 a 6 anos fora da escola;
- 4] Permitiu que os estados reorganizassem o ensino como forma de preparar a municipalização e demissão de professores.

O que significa o FUNDEB?

O FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e valorização dos profissionais, criado pelo PT e governo Lula com apoio inclusive do PSDB com o objetivo de aprofundar o processo de municipalização do Ensino Básico. Os recursos destinados a este fundo são da ordem de 20%, retirados de vários impostos dos Estados e Municípios; este abrange desde as Creches até o Ensino Médio com a previsão de atendimento de um contingente de 48,1 milhões de alunos e com

um repasse anual de R\$ 854,00 por aluno, o que é inferior ao repasse do FUNDEF.

Conseqüências do FUNDEB

- 1] Conclusão do processo de municipalização do ensino de 1ª a 4ª séries e início da municipalização de 5ª a 8ª série. Lembremos que São Bernardo do Campo já tem projeto aprovado para municipalizar de 5ª a 8ª série;
- 2] Mais desemprego de professores. Exemplo: São Bernardo do Campo, São Caetano e agora Diadema;
- 3] Mais crianças fora das Creches e EMIs. Dados do SEADE e do MEC apontam que somente em Diadema são mais de 36 mil crianças de 0 a 5 anos fora das Creches e EMIs;
- 4] Menos investimentos para a educação pública em geral, haja vista que no FUNDEF o repasse anual por aluno tinha como meta a cifra de R\$ 1.016,00, e agora, com o FUNDEB, o repasse anual por aluno será, no máximo, de R\$ 854,00;
- 5] Desvio de verba deste fundo para o Ensino Superior para financiar a quebradeira dos capitalistas das universidades particulares, fazendo demagogia com os trabalhadores que utilizam o ProUni;
- 6] Mais tudo: superlotação de salas, aceleração de estudos, ensino à distância generalizado em todos os níveis, rebaixamento de salários, jornadas estafantes, precarização das condições de trabalho e ensino-aprendizagem,...

O FUNDEB aprofunda ainda mais o processo de municipalização. Mas não é só isso. Como boa parte dos professores estaduais serão contratados pelos municípios, significa dizer que, de um lado, suas organizações sindicais serão desmontadas completamente e de outro, ocorrerá a precarização ainda maior do ensino e das relações de trabalho, pois, por exemplo, no caso de São Paulo muitas prefeituras do interior recolhem o INSS e não repassam (ou seja, gastam, desviam). Nas prefeituras, certamente, os salários conseguirão a façanha de ser ainda menores do que no Estado, uma vez que o poder de pressão sindical é muito diferente daquele da

esfera estadual. Com isso, a reforma sindical e a trabalhista serão implementadas, também, via municipalização; portanto, de forma quase que imperceptível a todas as categorias.

Abaixo a LDB privatista do Ensino Público e ao FUNDEB, que precariza e acelera o processo de municipalização e privatização e acaba com os poucos direitos dos trabalhadores adquiridos em anos de luta!

Não à municipalização do ensino! Que a Prefeitura aplique seus 30% no Ensino Infantil, como manda a Constituição!

Professores, funcionários, estudantes, pais e demais trabalhadores: vamos juntos e unificados desenvolver uma grande luta para impedir mais esse ataque à escola pública e aos nossos direitos.

A **Oposição Reconstruir na Apeoesp** tem pleno acordo em solidarizar-se com a greve dos funcionários públicos de Diadema, pois estão sofrendo ataques brutais do governo municipal de Filipi/PT.